



Número: **0600185-38.2020.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavararo**

Última distribuição : **22/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Relator: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

Processo referência: **486-83.2010.6.16.0000**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual, Prestação de Contas**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2010, apresentada por Marlon César Manfron, candidato ao cargo de Deputado Estadual, pelo Partido da Mobilização Nacional - PMN, e integrante da Coligação Paraná Mais Forte, diante da não apresentação das contas à Justiça Eleitoral no tempo oportuno e do fato de se encontrar com o título eleitoral suspenso. (Requer: a regularização das contas referentes ao pleito eleitoral a que concorreu e a devida regularização do título eleitoral pois está prestando concurso público).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARLON CEZAR MANFRON (REQUERENTE)		MARCIO MAIA DE CARVALHO (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8660066	21/07/2020 18:32	<u>Acórdão</u>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 56.163

PRESTAÇÃO DE CONTAS 0600185-38.2020.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

REQUERENTE: MARLON CEZAR MANFRON

ADVOGADO: MARCIO MAIA DE CARVALHO - OAB/PR59251

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral¹

**PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DAS
CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÃO
2010. RES.-TSE 23.217/2010. ART. 39,
PARÁGRAFO ÚNICO. FALTA DE
ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
PELO SISTEMA SPCE.
IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO
TÉCNICA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO.**

**1. Prestação de contas julgadas não
prestadas.**

**2. Nos termos dos arts. 32 e 33 da Res.-
TSE nº 23.217/2010, a prestação de
contas deve ser realizada pelo sistema
SPCE, de modo a garantir a análise
técnica acerca da movimentação
financeira de campanha, notadamente
quanto ao recebimento de recursos de
origem não identificada, de fonte vedada
ou irregularidade na aplicação de
recursos do Fundo Partidário.**

**3. O pedido de regularização da situação
de inadimplência deve observar a
mesma forma determinada para a
prestação de contas, sob pena de
indeferimento.**



3. Pedido indeferido.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte indeferiu o pedido, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 20/07/2020

RELATOR: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas apresentada por Marlon Cezar Manfron, que apresnta justificativa para a extemporaneidade na prestação de contas final de campanha, referente à eleição de 2010 (id. 7940866).

As contas do candidato foram julgadas como não prestadas por meio do Acórdão nº 41.822, exarado nos autos de Prestação de Contas nº 3071-11.2010.6.16.0000 (id. 7954816).

Requer a regularização de sua situação, tendo em vista que está prestando concurso público e necessita, por conseguinte, da comprovação de quitação eleitoral.

O Cartório da 3ª Zona Eleitoral esclareceu que o requerente foi candidato nas eleições de 2010 e que não há registro de prestação de contas. Acrescentou que, para regularizar sua inscrição eleitoral, que se encontra cancelada desde 2015 por ausência nos pleitos eleitorais de 2012 e 2014, seria necessária a regularização da prestação de contas de 2010 (id. 7940866 – pg. 2).

Após a resposta da Zona Eleitoral, foi apresentado o presente pedido e solicitada a reativação do título eleitoral.

Em seguida, foi determinada a intimação da parte para constituição de advogado, uma vez que, com o advento da Lei 12.034/2009, as Prestações de Contas tornaram-se procedimentos jurisdicionais (id. 7960466).

Após uma segunda intimação (id. 8041816), foi apresentada a procuração no id. 8230716.

Regularizada a representação processual, os autos foram encaminhados à Seção de Contas Eleitorais e Partidárias, nos termos do art. 39, parágrafo único da Res.-TSE nº 23.217/2010, que emitiu informação destacando que *o prestador de contas deixou de enviar, até a presente data, sua prestação de contas pelo sistema SPCE – Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, resta impossibilitada/prejudicada a verificação de eventual recebimento de recursos financeiros de fonte vedada, assim como de origem não identificada, além de possível irregularidade na aplicação de recursos do fundo partidário* (id. 8387766).



Em sequência, foram os autos encaminhados à Procuradoria Regional Eleitoral, que manifestou-se pelo indeferimento da regularização do Cadastro Eleitoral do requerente (id. 8572616).

É o relatório.

II – VOTO

Como relatado, trata-se de pedido de regularização de Prestação de Contas, com fundamento no art. 39, parágrafo único da Res.-TSE nº 23.217/2010.

A regularização referente à falta de prestação de contas nas eleições de 2010 está prevista no art. 39, parágrafo único da Res.-TSE nº 23.217/2010, que tem a seguinte redação:

Art. 39. O Tribunal Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei nº 9.504/97, art. 30, caput):

[...]

IV – pela não prestação, quando não apresentadas as contas após a notificação ou não suprida a documentação a que se referem, respectivamente, o §§ 4º e 6º do art. 26 desta resolução.

Parágrafo único. Julgadas não prestadas, mas posteriormente apresentadas, nos termos dos arts. 29 e 33 desta resolução, as contas não serão objeto de novo julgamento, sendo considerada a sua apresentação apenas para fins de divulgação e de regularização no Cadastro Eleitoral ao término da legislatura.

Assim, conforme se depreende da redação supratranscrita, o pedido não será objeto de novo julgamento, sendo considerada sua apresentação apenas para fins de divulgação e regularização no Cadastro Eleitoral ao término da legislatura.

Conquanto não haja novo julgamento de mérito da Prestação de Contas de eleições pretéritas, sua regularização demanda a apresentação dos documentos previstos no art. 29 da Res.-TSE nº 23.217/2010, bem como o encaminhamento da respectiva documentação pelo sistema SPCE, conforme redação do art. 32 e 33, do mesmo diploma legal, *in verbis*:

Art. 32. A prestação de contas deverá ser elaborada por meio do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 33. Prestadas as contas, se o número de controle gerado pelo sistema na mídia for idêntico ao existente nas peças por ele impressas, o Tribunal emitirá o



correspondente termo de recebimento da prestação de contas.

§ 1º Não serão consideradas recebidas na base de dados da Justiça Eleitoral as prestações de contas que apresentarem:

I – divergência entre o número de controle constante das peças impressas e o constante da mídia;

II – inconsistência ou ausência de dados;

III – falha na mídia;

IV – ausência do número de controle nas peças impressas;

V – qualquer outra falha que impeça a recepção eletrônica das contas na base de dados da Justiça Eleitoral.

§ 2º Ocorrendo quaisquer das hipóteses especificadas no parágrafo anterior, serão desconsiderados os documentos apresentados para fins de análise, situação em que o SPCE emitirá notificação de aviso de impossibilidade técnica de análise da prestação de contas, a qual deverá ser reapresentada, **sob pena de serem julgadas não prestadas as contas eleitorais.**

No caso em espécie, o setor técnico informou que *o prestador de contas deixou de enviar, até a presente data, sua prestação de contas pelo sistema SPCE – Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, restando impossibilitada/prejudicada a verificação de eventual recebimento de recursos financeiros de fonte vedada, assim como de origem não identificada, além de possível irregularidade na aplicação de recursos do fundo partidário* (id. 8387766).

Portanto, considerando a ausência de encaminhamento da Prestação de Contas de 2010 pelo sistema SPCE, inviabilizando a mínima aferição técnica sobre o recebimento de recursos de origem não identificada, de fonte vedada ou irregularidade na aplicação de recursos do Fundo Partidário, não foi cumprido o comando normativo, o que inviabiliza o acolhimento do pedido, permanecendo a situação de inadimplência.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pelo indeferimento do pedido de regularização das contas de Marlon Cezar Manfron referentes ao pleito de 2010.

ROBERTO RIBAS TAVARNARO – Relator



EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0600185-38.2020.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR:
DR. ROBERTO RIBAS TAVARNARO - REQUERENTE: MARLON CEZAR MANFRON -
Advogado do(a) REQUERENTE: MARCIO MAIA DE CARVALHO - PR59251

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte indeferiu o pedido, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, e Roberto Ribas Tavnaro - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 20.07.2020

